



São Paulo, 31 de julho de 2024

Nota técnica contrária às compras dos “óculos falantes” OrCam MyEye, que representam um grande risco ao processo de alfabetização, inclusão e acessibilidade escolar de crianças cegas e com baixa visão.

A Organização Nacional de Cegos do Brasil é uma Instituição não governamental, independente, apartidária, laica e sem fins lucrativos sendo o único Coletivo de Organizações da Sociedade Civil de pessoas cegas e com baixa visão com representatividade nas cinco regiões do país. Através de suas 100 (cem) entidades afiliadas, atua na defesa e efetivação dos direitos de aproximadamente sete milhões de pessoas cegas e com baixa visão.

A relevância da ONCB na mobilização e diálogo em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência é demonstrada claramente por seu histórico de atuação direta no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Conselho Nacional de Saúde (CNS); Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); Conselho Nacional da Criança e Adolescente (CONANDA); Comissão Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (CNEEPEI); Comissão Brasileira do Braille (CBB); e Comitê Representativo das Entidades de Pessoas com Deficiência (CRPD). No âmbito internacional, na União Latino-americana de Cegos (ULAC); União de Cegos de Países de Língua Portuguesa (UCLP); e União Mundial de Cegos (UMC).

De saída, cumpre informar que faz algum tempo que a Organização Nacional de Cegos do Brasil, ONCB, vem observando um movimento estranho por parte de algumas secretarias municipais e estaduais de educação de várias regiões do Brasil que adquirem recursos inadequados por valores exorbitantes. Equipamentos como, por exemplo, os "óculos falantes" OrCam MyEye. Tal movimentação nos causa grande estranheza e indignação, já que existem aplicativos mais avançados e gratuitos para os sistemas Android e iOS, como o Seeing AI, Sullivan +, Be My Eyes, dentre outros.

Estranhamente, as compras inadequadas e tentativas de fazer dessas compras política pública ocorrem ao mesmo tempo em que materiais didáticos em Braille, para crianças e adolescentes cegos, e ampliados e adaptados, para os alunos com baixa visão, não são entregues. Essas mesmas crianças, em regra, têm enfrentado dificuldades para acessar recursos de extrema necessidade como bengalas, óculos de gral, lupas, próteses, regletes, máquinas Braille, medicamentos, dentre outros.

A ausência desses recursos imprescindíveis representa uma agressão a essas crianças e adolescentes, já que a infância é a etapa mais curta da vida. Qualquer dificuldade que essas pessoas com deficiência enfrentam no acesso e na inclusão deixa uma lacuna complexa para ser reparada na fase adulta.



Para agravar tal situação, além das emendas parlamentares que alguns deputados têm equivocadamente destinado para compra desses limitados e ultrapassados “óculos falantes”, no dia 18 de abril de 2024, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou um texto substitutivo ao PL 2669/22. Essa nova versão altera a Lei Brasileira de Inclusão para estabelecer que o poder público estimule e apoie a disponibilização desses tais “óculos falantes”.

É importante destacar que somente os materiais em Braille oferecem, aos estudantes cegos, acesso direto à estrutura da gramática e da grafia, além dos símbolos matemáticos, químicos, dentre outros. Já os materiais ampliados e adaptados atendem às necessidades dos estudantes com baixa visão e, inclusive, são indispensáveis para que essas crianças e adolescentes exercitem o pouco que enxergam. Portanto, submeter esses estudantes a qualquer recurso sem uma avaliação criteriosa pode inclusive representar um risco ocular a médio prazo.

Atentos a esta grave situação de destinação de recursos públicos para aquisição de equipamentos inadequados como esses “óculos falantes”, tanto os delegados(as) da Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes, realizada no mês de abril de 2024, quanto os da Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorrida em julho de 2024, ambas em Brasília, aprovaram nota repudiando tais aquisições. (Veja as notas nos links no final desse texto.

Mesmo dotados das melhores intenções e encantados por apresentações comerciais supostamente milagrosas, é imprescindível que os gestores entendam que as pessoas cegas, com baixa visão e qualquer outra deficiência precisam participar da decisão pela compra ou não de recursos de tecnologia assistiva, juntamente com suas famílias, especialistas e entidades especializadas em habilitação, reabilitação e defesa de direitos, pois são elas as mais interessadas.

Somente dessa forma é possível garantir o uso adequado dos recursos públicos e a efetiva inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência, exatamente como preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão - LBI.

Insta salientar que o OrCam MyEye, também conhecido como "óculos falantes", comercializado por volta de 16 mil reais cada unidade, é um dispositivo acoplado às hastes dos óculos para efetuar leitura de textos, informar a hora, reconhecer notas de dinheiro e pessoas cadastradas, e que hoje é apenas um equipamento caro, limitado e ultrapassado.

Isso porque, especialmente nos últimos três anos, surgiram aplicativos gratuitos para celulares com recursos idênticos e mais sofisticados, que desempenham centenas de funções como descrever detalhadamente textos, ambientes, fotografias e pessoas. Além de identificar cédulas, luminosidade, ler código de barra, identificar embalagem de produtos, dentre outros e com maior precisão, por estarem conectados à rede. Esses mesmos aplicativos gratuitos permitem que a pessoa possa, por exemplo, copiar parte de um texto, fazer um resumo, e até compartilhar com outras pessoas, coisas que o OrCam, vendido aos montes para órgãos públicos, não faz.



O OrCam jamais deveria ser comercializado com a promessa de ser a grande solução para acessibilidade e inclusão escolar, nem adquirido às dezenas com dinheiro público, pois dentre tantas limitações, não efetua leitura de símbolos como os de matemática, química, física e os musicais. Além disso, não realiza leitura de planilhas, tabelas e de algumas estruturas de textos e nem reconhece figuras e gráficos que comumente são utilizados em materiais educacionais.

Porque sua bateria tem duração de cerca de apenas duas horas, tempo insuficiente para metade da jornada escolar de uma criança e adolescente. Porque não permite que a pessoa cega ou com baixa visão salve e nem imprima o texto em braille ou ampliado, para ler em outro momento ou compartilhar com outras pessoas.

Além de todos esses aspectos, é fundamental que os estudantes tenham contato direto com as estruturas linguísticas e de símbolos durante toda a etapa escolar, da alfabetização até o Ensino Médio e de acordo com o conhecimento científico mais atual. Isso apenas o Braille e os materiais adaptados possibilitam no aprendizado em sua plenitude.

Imaginemos uma criança sem deficiência estudando apenas ouvindo os conteúdos, sem ter qualquer contato visual com as letras, as palavras e os símbolos. É a mesma situação quando um estudante cego ou com baixa visão utiliza esses "óculos falantes" como o principal recurso.

Sendo assim, mesmo acreditando na boa intenção dos parlamentares ou gestores, notamos um possível desvio da necessária boa finalidade do uso de recursos públicos ao percebermos as compras de equipamentos limitados e caros, enquanto existem aplicativos gratuitos e mais avançados.

É perceptível também a discriminação e o capacitismo para com as crianças e adolescentes cegos e com baixa visão expostos em vídeos, fotos e campanhas meramente politiqueras e comerciais. Essas crianças e esses adolescentes são diretamente afetados com as compras inadequadas desses equipamentos.

É preciso que, primeiramente, os órgãos de controle da União, dos estados e municípios efetuem uma apuração aprofundada sobre qual é o motivo das compras de recursos inadequados quanto a eficácia, ao mesmo tempo que existem aplicativos gratuitos e mais avançados.

É necessário ainda efetuar um levantamento que possa aferir se esses equipamentos de fato vêm sendo utilizados pelas crianças e adolescentes cegos e com baixa visão. Essa preocupação se justifica a partir de muitas mensagens que temos recebido de todo o Brasil, dentre elas de um estudante cego de 15 anos do estado do Paraná, que havia recebido o equipamento. No áudio, o jovem afirmou que somente usou os "óculos falantes" uma vez, para gravar um vídeo.

Também destacamos a necessidade do bom uso dos recursos públicos e o alerta para que gestores e autoridades públicas não acreditem em propagandas mirabolantes que afirmam que um único equipamento pode resolver a inclusão e a acessibilidade de estudantes cegos e com baixa visão, pois não resolve e existem demandas mais urgentes a serem atendidas.



Os riscos dessas compras inadequadas também têm sido abordados pela ONCB em espaços como o Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em algumas secretarias de educação e à sociedade em geral em nossos veículos de comunicação.

É preciso que os gestores e a sociedade entendam que, para garantir a inclusão, acessibilidade e equidade de estudantes cegos e com baixa visão, não há nenhum equipamento e nem recurso "milagroso". Tem que haver pesquisa, capacitação e investimento correto.

Aqui, não se trata de demonizar os "óculos falantes" Orcam MyEye, que têm seu valor enquanto tecnologia em alguns casos. Nosso objetivo é reafirmar que existem aplicativos gratuitos que fazem muito mais, que esse produto não é recomendado para ser utilizado por crianças e adolescentes em fase escolar e que, em nenhuma hipótese, substitui os materiais em Braille, adaptados e ampliados.

É determinante que toda a sociedade e principalmente os políticos e gestores entendam que inclusão e acessibilidade é garantir capacitação de professores, conscientização dos estudantes sem deficiência, o acesso a materiais em Braille e ampliados, bengalas, próteses, lupas, óculos, máquinas Braille, reglete, display Braille, medicamentos quando necessário, acompanhamento oftalmológico, dentre outros serviços e recursos mais urgentes e adequados.

Importante, ainda, destacar que os recursos tecnológicos como celulares, computadores e outros, podem e devem ser utilizados nas fazes escolares de crianças cegas e com baixa visão, mas sempre em complemento ao Braille e ampliado, e de forma ética e responsável e não meramente sensacionalista.

Destacamos ainda que tornar a compra de equipamentos supostamente milagrosos e inadequados para sair bem na foto é flertar com o preconceito e com o capacitismo para com as crianças e adolescentes cegos ou com baixa visão.

Os convidamos a refletir conosco que inclusão, acessibilidade e equidade não podem ser tratadas com oportunismo e mero comércio. É preciso respeitar nossas crianças cegas e com baixa visão e suas famílias.

Por fim, se esse texto ainda não for o suficiente, vejam, nos links abaixo, textos e a opinião de especialistas e pessoas cegas e com baixa visão acerca desse recurso caro, limitado, ultrapassado e contraindicado para uso de estudantes cegos ou com baixa visão.

O Que Dizem Pessoas Cegas e com Baixa Visão Sobre o Orcam MyEye?



<https://youtu.be/P7w0fs49n3g>

Denúncia: Compra dos “óculos falantes” OrCam MyEye para crianças cegas e com baixa visão representa grande risco para o processo de alfabetização.

<https://youtu.be/DPq8cLzDuZA>

12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou moção de repúdio contra a compra, com recursos públicos, de tecnologias inadequadas, como os óculos falantes OrCam MyEye:

<https://www.instagram.com/p/C5giVS2rxQ/>

Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, composta por delegados de todo Brasil, aprovou, por unanimidade, moção da ONCB de repúdio às compras dos “óculos falantes” OrCam MyEye com dinheiro público. Confira o texto:

<https://www.oncb.org.br/mocao-de-repudio-oculos-falantes-orcamlmyeye/>

Programa de televisão De Olho na Inclusão – 29/03/2024 – Denúncia: OrCam é ameaça para a alfabetização de crianças cegas:

<https://www.youtube.com/watch?v=1enOzvOb3II>

Comentários sobre OrCam, Francis Guimarães:

https://www.youtube.com/watch?v=0_gVNCTBsZ0



Atenciosamente,

Alberto Pereira

Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil, ONCB

